

RESUMO - MULTIDISCIPLINAR

ETNODESENVOLVIMENTO E RESISTÊNCIA TERRITORIAL: JUSTIÇA CLIMÁTICA E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NO QUILOMBO DE BRACUÍ (ANGRA DOS REIS – RJ)

Douglas Maxwell Monteiro Carvalho (max.premo@hotmail.com)

Suellen Rodrigues Barros (suellenrodriguesbarros9@gmail.com)

Cleyson Soares Saturnino (budegasoares@gmail.com)

Natan Barbosa Juvenal Dos Santos (barbosanatan573@gmail.com)

Douglas Oliveira Da Costa (adouki@gmail.com)

Arthur Pinheiro Miranda (miranda19@ufrj.br)

Antonio Petterson De Souza Nóbrega (petterson1313@gmail.com)

Isabelle Kristine Dos Santos Barbosa (isabellekristine@ufrj.br)

Maria Eduarda De Souza Do Nascimento Pires (maria_pires@ufrj.br)

Thainara De Andrade Marcelino (thainara-marcelino@ufrj.br)

Maxwel Souza Gabriel (m.axw.el.dlt5@gmail.com)

Beatriz Lima De Andrade (beatrizlimand@ufrj.br)

O Quilombo de Santa Rita do Bracuí, situado em Angra dos Reis (RJ), representa um caso emblemático de como as disputas em torno do território revelam a tensão entre projetos hegemônicos de desenvolvimento e as alternativas construídas por comunidades tradicionais. A origem do quilombo

remonta à doação de terras feita em 1870 pelo comendador José Joaquim de Souza Breves aos ex-escravizados que viviam na antiga fazenda Bracuí. Contudo, ainda que legitimado em testamento, o direito ao território nunca foi plenamente reconhecido, o que desencadeou uma série de conflitos envolvendo expropriações, grilagem e, a partir de meados da década de 70, a especulação imobiliária associada à turistificação da região. Essa trajetória evidencia que, para além da luta pela posse da terra, a comunidade constrói um projeto próprio de futuro, baseado em práticas culturais e formas de organização que podem ser compreendidas à luz do conceito de etnodesenvolvimento. A análise realizada neste trabalho apoiou-se em documentos históricos, pesquisas acadêmicas e vivências do grupo PET-Etnodesenvolvimento da UFRRJ (EtnoPET) que dialogam com referenciais pós-coloniais e com a literatura sobre etnodesenvolvimento. Essa “etno-temática”, sistematizada por autores como Bonfil Batalla, Stavenhagen e Paul Little, permite compreender a capacidade das comunidades étnicas de formular projetos de vida que valorizam sua autonomia, práticas culturais e modos de uso sustentável do território. Os resultados mostraram que, no caso do Bracuí, o etnodesenvolvimento manifesta-se na resistência da comunidade frente às tentativas de desterritorialização. Enquanto a especulação imobiliária, materializada na construção do condomínio Bracuhy e do Porto Marina Bracuhy, expressa um modelo de desenvolvimento predatório, centrado no mercado e descomprometido com a preservação ambiental, o quilombo reafirma a centralidade de sua territorialidade para a reprodução social, cultural e ambiental. O vínculo com a terra ressignifica práticas cotidianas, fortalece a mobilização política e projeta alternativas que conciliam permanência comunitária e sustentabilidade. Nesse sentido, o etnodesenvolvimento não se apresenta apenas como conceito analítico, mas como prática vivida: um processo de autodefinição e de gestão coletiva dos recursos que confronta a lógica homogeneizadora do capital imobiliário e turístico. Um exemplo concreto dessa articulação entre resistência, identidade e justiça climática ocorreu em 2022, quando o Quilombo de Bracuí sediou a XVI Romaria Estadual da Terra e das Águas. O evento reuniu quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, camponeses, povos de terreiro e outros grupos tradicionais em um ato simbólico e político de celebração, denúncia e solidariedade. A romaria reafirmou que a luta pela terra e pela preservação ambiental não é apenas local, mas coletiva e interligada a diferentes povos, construindo redes de apoio entre campo e cidade.

A experiência do Bracuí conecta-se diretamente ao debate sobre justiça climática, pois evidencia como comunidades tradicionais desempenham papel fundamental na preservação dos ecossistemas e no enfrentamento dos impactos socioambientais e do crescimento urbano desordenado. A expulsão ou marginalização dessas comunidades não apenas ameaça sua memória histórica e cultural, mas também compromete a manutenção de práticas sustentáveis de manejo do território. Assim, o etnodesenvolvimento mostra-se um caminho estratégico para articular justiça social e justiça ambiental, ao valorizar saberes e modos de vida que se contrapõem à exploração indiscriminada dos recursos naturais.

Concluiu-se que ao valorizar suas próprias formas de organização, a comunidade do Bracuí reafirma que um mundo mais sustentável, justo e igualitário depende do reconhecimento das alternativas construídas a partir das experiências de povos e comunidades tradicionais, cuja permanência nos territórios garante tanto a preservação ambiental quanto a reparação histórica.

Palavras-chave: autonomia; desenvolvimento alternativo; identidade étnica; sustentabilidade; territorialidade.